

ESTADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA: O FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA E O PAPEL DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

José Alex Rego Soares (USP)¹

Resumo

O financiamento do desenvolvimento da América Latina é um tema que se choca com a própria necessidade de integração regional, apesar dos diversos esforços que se apresentaram, inclusive na forma de criação de instituições de fomento. Ao analisar e discutir de maneira sistemática a problemática do financiamento, bem como as questões mais gerais no continente latino americano frente à realidade contemporânea acerca do financiamento, acabamos enfrentando velhos problemas que são recorrentes ao desenvolvimento regional. As dificuldades históricas que remontam desde sua independência expôs a América Latina aos ciclos de financiamentos internacionais e sua dependência ao capital externo. O texto visa mostrar que, em função da baixa formação bruta de capital dos países latinos e a necessidade de construir um processo de integração regional, pela própria formação da infraestrutura regional, as reservas internacionais podem jogar papel decisivo nesse processo no sentido de se utilizar esses recursos das reservas internacionais para financiamento junto às instituições de fomento. Para tanto, temos que analisar o papel das políticas públicas, se as mesmas são capazes de responder essa questão e como as instituições de fomento na América Latina (CAF, BID, BNEDES, Fonplata e Banco do Sul) são eficientes o bastante em responder às demandas da integração regional em termos estratégicos e financeiros, se os objetivos dessas instituições são complementares ou concorrentes e se são capazes de consolidar sinergias comuns para o desenvolvimento através do financiamento da integração regional, assim como suas relações estratégicas para responder ao financiamento da infraestrutura em longo prazo e a atual estruturação dessas instituições.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Email: jalex.economia@uol.com.br.

Abstract

The Financing for Development in Latin America is a theme that runs counter to the very need for regional integration, despite various efforts that are presented, including the creation of funding institutions. By analyzing and discussing the issue of funding in a systematic way, as well as more general issues in Latin America on contemporary reality about financing, we face old problems that are recurrent in what concerns regional development. The historical difficulties dating since Latin American independence exposed the continent to cycles of international financing and its dependence on foreign capital. The text aims to show that because of the low gross capital formation of the Latin countries and the need to build a regional integration process through the formation of a regional infrastructure, international reserves could play a decisive role in this process to use these resources from international reserves for financing of infrastructure. To this end, we have to analyze the role of public policies, whether they are able to answer this question and how funding institutions in Latin America (CAF, IDB, BNEDES, Fonplata and Southern Bank) are efficient enough to respond to demands of regional integration in terms of strategic and financial goals, if these institutions goals are complementary or competitive and if they are able to consolidate common synergies for development through the financing of regional integration, as well as their strategic relations to address the financing of infrastructure in the long run and the current structuring of these institutions.

Introdução

A questão da problemática do financiamento é recorrente dentro da América Latina. Podemos destacar como uma questão estrutural que remonta desde a sua independência, podendo ser destacada no livro de Dawson “A primeira Crise da Dívida Latino-Americana : A City de Londres e a Bolha Especulativa de 1822-25”²

² “ A Grã Bretanha teve uma expansão de manufaturas e do comércio sem precedentes em 1822, e cada vez mais se dirigia ao exterior em busca de um mercado consumidor para seus produtos e energia. Consequentemente, os mercados abertos na América Latina pelo colapso do poder da Espanha tiveram uma atração quase hipnótica para os comerciantes, fabricantes e investidores.” Dawson (1998,23). O excedente de recursos ingleses somadas com a necessidade de recursos das novas nações foi uma equação explosiva para uma crise de financiamento de curto prazo naquele momento.

A dificuldade de autonomia dos Estados recém criados em gerar receita e os encargos das guerras de independência por si só, foram preponderantes na constituição das fragilidades e vulnerabilidade dos mesmos Estados frente às questões financeiras.

Dada as dificuldades históricas de financiamento dos Estados Latino-americanos, os mesmos ficaram expostos aos ciclos de financiamentos internacionais e ao mesmo tempo vulneráveis a esses ciclos financeiros, materializando as dificuldades de financiamento do desenvolvimento regional e expondo as contradições históricas do nosso desenvolvimento e sua dependência econômica a partir de uma base econômica neocolonialista, expondo a fragilidade do nosso desenvolvimento e nossa dependência (Donghi, 2011, Stein & Stein, 1989).

A problemática do financiamento é, portanto remota, e mostra uma fragilidade da capacidade de financiamento dos Estados latino- americanos.

Todavia, foi nos últimos trinta anos que essa questão ganhou contornos de uma nova roupagem, dada as transformações que apresentam dentro dos países centrais e, portanto, isso pode nos apresentar um quadro para leitura bem peculiar que nos ajuda a entender, deslumbrar novas condições financiamento das economias latino-americanas frente às oportunidade, em função de uma nova rearticulação do capitalismo mundial.

A crise do financiamento externo

O esgotamento do modelo keynesiano nos países centrais e a crise da dívida externa que atingiu a América Latina no final dos anos 70 e começo da década de 80 geraram uma “asfixia financeira” no financiamento do desenvolvimento da América Latina e uma “*crescente subordinação do processo produtivo aos interesses do sistema financeiro*” como destaca (Bielschowsky, 2000:59).

A dependência da transferência líquida de recursos do exterior nesse período e se repetindo mais tarde no período de 1990-1997, foi altamente improdutivo (OCampo, 2007).

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe já expressava sua preocupação sobre os efeitos da crise dos anos 80, bem como seus impactos nos caminhos do processo de desenvolvimento regional e a subordinação financeira da América Latina em um futuro processo de integração:

“A medida que se extremaban estos câmbios financieros el sistema productivo iba perdiendo parte apreciable de su poder econômico y político. Se inauguró así um nuevo eje de ordenamiento de las economías nacionales. A um nível extremo, podría afirmarse que los mecanismo de control de La economía nacional tendían a redircirse dado que la composición de ciertas normas de funcionamiento del sistema econômico internacional restringían al ámbio y la capacidad de decisión autônoma de los grupos locales. Los grupos dominantes se enfrentataron a la reorganización del sistema financiero para facilitar la implantación de una nueva modalidad de dependência. Para asegurar su participación em el poder, como ya de dijo, fue necesario que cambiaran em ocasiones su centro de actividad pasando del sistema productivo al sistema financiero” (Cepal citado por Bielschowsky, 2000:59³)

Ficava claro que as dificuldades se tornavam cada vez maiores para se constituir um processo de integração regional, em função da lógica financeira que se estabeleceu e o modelo de financiamento do desenvolvimento das economias latino-americanas, destacando-se diretamente seus impactos na infraestrutura.

A crise dos anos 80, ao interromper o fluxo financeiro internacional (Ffrench-Davis & Griffith-Jones, 1997), mostrou-nos o quanto estavam frágeis as condições das nas quais foram constituídas as bases do modelo do pós-guerra para alavancar o financiamento do nosso desenvolvimento.

Em alguns casos, como foi negligenciada a constituição de mecanismos regionais mais orgânicos e autônomos no financiamento do desenvolvimento regional e na integração regional (Girón,2006;Kregel, 2006), se assim podemos chamar, para conduzir não apenas um modelo de desenvolvimento regional ou sustentar a industrialização por substituição de importações (ISI), mas também para conseguir conduzir uma integração regional eficiente no âmbito produtivo e financeiro⁴.

A resposta dada à experiência produzida dentro do modelo de Industrialização por Substituição de Importação foi considerada ineficiente naquele momento, uma vez

³ Texto 22 da Cepal (1985:31) que é parte da coletânea *Cinquenta anos de pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe* (CEPAL).

⁴ Apesar de termos construído ao longo de vários anos algumas instituições de fomento importante para consolidação da integração regional (BID, CAF, Fonplata, BNDES e mais recentemente o Banco do Sul), para tentar responder de maneira efetiva o financiamento da infraestrutura na América Latina. Em 2000 foi criada a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).

que as necessidades de mudanças estruturais que deveriam nortear as políticas econômicas se resumiram à política dos ajustes de mercados (câmbio, trabalho, etc), enfraquecendo qualquer tentativa de se superar os dilemas do subdesenvolvimento, desigualdade do progresso técnico entre centro e periferia, concentração de renda e heterogeneidade estrutural.

O financiamento das economias latino-americanas se aprofundou dentro de uma lógica perversa do mercado financeiro, suscetíveis aos ciclos externos que tanto se discutiu para evitar.

As respostas que foram apresentadas pelos organismos internacionais junto às economias latinas foram pragmáticas, responsabilizando uma excessiva intervenção estatal na economia:

“las causas Del escaso desarrollo alcanzado se encontraban em el rol excesivamente intervencionista que habia desempeñado el Estado durante las últimas décadas. Desde esta perspectiva de análisis, La única solución para el problema Del crecimiento consistia em realizar una reducción drástica Del aparato estatal.”(Castellani.2002,82)

Ao destacar essa situação Castellani sinaliza, para a lógica de uma agenda de “boas políticas” e “boas instituições” (Chang, 2004:11), apresentadas pelo Consenso do Washington, que orientaram a atuação dos Estados latino-americanos, no sentido de buscar ajustes fiscais, abertura comercial e liberalização financeira orientadas para o mercado.

Um primeiro objetivo dessas políticas seria desarticular o Estado em suas funções de agente anticíclico, de dinamizador da economia, ou seja, um deslocamento da análise das necessidades e possibilidades de ação estatal de suprir o hiato “do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda” (Bielschowsky, 2000:17), transferindo todas as funções para as mãos do mercado.

O aprofundamento das teses liberais e o respaldo que estas tiveram no seio da sociedade levaram a outras questões-chave para interpretações das condições sociais e, portanto, atribuíram ao mercado o papel de mediador de problemas e, no caso específico, o mercado sendo o agente financiador do desenvolvimento econômico, e ainda mais, agente alavancador dos investimentos em infraestrutura.

Dados os resultados dos números apresentados no decorrer dos anos de 1981-1990 a média anual de crescimento do Produto interno Bruto (PIB) foi de 1,2% na América Latina contra uma média de 3,3% no período de 1991-2000, muito aquém das necessidades da região (CEPAL, 2011).

Observamos a ineficiência da capacidade de financiamento do setor privado para responder às necessidades nos vários setores da economia e em especial em infraestrutura⁵.

Depois dessas reformas, a pertinência da análise do estado da arte do financiamento da infraestrutura para a integração regional não é apenas um fato conjuntural para os países da América Latina, mas ele se faz necessário por questões estratégicas para nossa integração “capaz de promover a integração regional, como forma de organização do espaço econômico” (Furtado, 1986:316), ainda no século XXI.

As crises dos anos noventa nos países da América Latina (Kregel, 2006) e no sudeste Asiático, que sinalizaram uma falta de eficiência no modelo de ajuste aos países envolvidos, ainda mostraram uma dependência financeira para desenvolvimento regional, decorrente das propostas efetivadas pelos organismos internacionais⁶.

E mais recentemente, dada a falta de um papel claro desses organismos internacionais frente à crise nos países centrais em 2008 (Stiglitz, 2010), fica mais clara a necessidade dos países da América Latina patrocinarem uma sinergia das instituições de fomento.

É sabido que um dos grandes entraves do desenvolvimento regional da América Latina tem sido a falta de uma infraestrutura comum mínima.⁷

No caso particular da infraestrutura, essa joga um papel importante na constituição da integração regional, capaz de constituir laços de sinergias econômicas e comprometimentos institucionais importantes entre seus parceiros que possam superar as demandas que se apresentam nas mais diversas órbitas da integração econômica.

O Sistema Econômico Latino Americano (Sela), chama atenção em particular para relação integração regional e a infra-estrutura e o processo dinamizador que as políticas públicas podem jogar:

⁵ Um estudo detalhado sobre os sistemas de financiamento na América latina os limites e os problemas para superar esse gargalo, encontra-se no trabalho de Manuelito, (2011).

⁶ Particularmente Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial

⁷ Furtado já chamava atenção dessa questão em Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Cap 23. 1987.

“Existe una relación positiva entre el desarrollo de la infraestructura física, el crecimiento económico y el bienestar social. De esta manera, también se puede asumir que el subdesarrollo está directamente relacionado con una pobre e insuficiente infraestructura.

En el ámbito de la integración regional, la coordinación de inversiones para el desarrollo de obras de infraestructura favorece la integración económica, social y política, incluida la conformación de áreas comunes de desarrollo mediante la integración fronteriza. Así mismo, fomenta la competitividad conjunta y una mejor inserción internacional de las economías participantes”.(SELA /Junio de 2011).

A integração regional é um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento regional e a própria constituição de um dinamismo dado pela expansão dos investimentos e consolidação de um mercado integrado na América Latina.

As condições de se estabelecer um processo de integração regional a fim de conduzir ao desenvolvimento da América Latina é questão mais do que essencial responder de como se dará o financiamento desse processo.

A necessidade de financiamento é, sem dúvida, uma condição mais do que necessária para se superar os gargalos estruturais, mesmo em um momento a conjuntura internacional nos pareça bem favorável depois dos últimos 20 anos de baixas taxas de crescimento, ainda mais dentro de um cenário conturbado para os países centrais.

Porém, não podemos deixar de destacar que o bom comportamento das economias latino-americanas se deve em parte há alguns fatores externos, que somados conduz um efeito positivo em nossas economias, como bem sinaliza OCampo:

“ ..., o auge atual deve-se basicamente à coincidência de dois fatores de origem externa que não ocorriam simultaneamente desde os anos 1970: bons preços das matérias primas e excepcionais condições de financiamentos externos. A história econômica da América Latina mostra que tal combinação conduz inequivocamente a um rápido crescimento econômico.” (OCampo, 2007-79).

Tabela 1

TAXA DO PIB EM TERMOS PERCENTUAIS (%) DE CRESCIMENTO
DAS ECONOMIAS SELECIONADAS DA AMÉRICA LATINA.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	9,2	8,5	8,7	8,8	0,9	9,2	9,0
Brasil	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,9
Chile	5,6	4,6	4,6	3,7	-1,7	5,2	6,3
Colômbia	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3	5,5
México	3,3	5,1	3,4	1,2	-6,3	5,6	4,0
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2
América Latina	4,6	5,6	5,7	4,0	-2,0	6,0	4,3

Fonte: Cepal (2011). Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>.

Esse ciclo de crescimento nesses últimos anos, apesar da acomodação de 2009, não deve ser observado ainda, como um fenômeno autônomo e sustentável no longo prazo para essas economias.

Uma das condições positivas que se apresenta, faz-se referência as reservas internacionais, que se apresentam bem colocadas e, o que podemos estar presenciando nesse momento em especial é uma condição de melhoria de endividamento externo (OCampo, 2007).

O reflexo desse bom momento é o um superávit em conta corrente repercutindo assim nas reservas internacionais, bastante significativas, onde salta de US\$ 150 bilhões em 2001 para quase US\$ 800 bilhões em 2011.

Alguns países da região, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai dispõem de mais de 20% do PIB em reservas; a Bolívia em particular chega a 51,5% do PIB.

Brasil, Bolívia, Uruguai e Peru dispõem de reservas que cobrem mais de um ano de importações, caso raro nos países latino.

Ainda que possamos dispor nesse momento de um grande volume de divisas, não é seguro podemos incorrer no futuro em problemas sérios de divisas, justamente se ocorrer uma mudança de conjuntura internacional. Nesse ponto Prebisch chama muito bem atenção a essa questão ao dizer que:

“A maioria dos países em desenvolvimento conta com uma margem de segurança escassa ou inexistente para enfrentar as diminuições acentuadas da disponibilidade de divisas.” (Prebisch, 2000: 408).

E essas mesmas poderiam ter um papel mais consistente no processo de financiamento da infraestrutura das economias, algo que abordaremos mais adiante.

O financiamento da infraestrutura regional e o desenvolvimento

É fato que América Latina dispõe de um conjunto de instituições que atuam tanto para promoção do desenvolvimento quanto no financiamento. Em 2000 foi criada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁸.

Hoje a IIRSA conta com 514 projetos (ver no anexo I os projetos especiais) a um custo total de US\$ 86 bilhões, que é organizado por eixos, com foco na estrutura de comércio, energia e comunicação.

A base de financiamento desses projetos se daria pelo Banco de interamericano de Desenvolvimento (BID) fundado em 1959, ainda teria Cooperação de Fomento (CAF), começou a ser criada em 1966 e só em 1968 se concretizou e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), criado em 1977 (Calixtre & Barros, 2010).

É evidente que o número de projetos em infraestrutura em carteira requer uma coordenação de trabalho e um fluxograma de informações (ver anexo II) entre os governos, as instituições multilaterais da região que o mercado sozinho não é capaz de organizar, pelo fato que essas ações são de cunho da esfera das políticas públicas e envolvem muito mais que uma relação de taxa de retorno sobre os investimentos (Mora & Rodrigues, 2011:13).

⁸ “A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) corresponde a uma iniciativa dos doze países sul-americanos, que tem por finalidade a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, de forma sustentável e equitativa, através da integração física destes países. A idéia de formar a IIRSA se originou a partir da experiência brasileira de planejamento territorial, conhecida como Estudo dos Eixos, realizada pelo Ministério do Planejamento (MP) em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no ano 2000, que planejava o país a partir de regiões identificadas por seu inter-relacionamento econômico”.
<http://www.planejamento.gov.br/secretaria>.

É evidente que as políticas de Estado são desenhadas dentro dos interesses que cada país tem e suas respostas que variam de curto, médio e longo prazo.

Os Estados têm papel decisivo e as respostas em muitos casos ficam bem abaixo das necessidades regionais, porém, é o único ator capaz de formular um conjunto de ações estratégicas que possam vir a construir respostas as necessidades físicas e ao volume de recursos para materializar os investimentos.

Para estendermos o ciclo de crescimento, há necessidade de um volume de investimentos em formação bruta de capital, onde atualmente, segundo os dados da Cepal⁹, representa algo em torno de 20% do PIB, bem abaixo dos números da Ásia que oscila em torno de uma média de 35% e, alguns países, onde se tem algo em torno de 40% em formação bruta de capital.

A Cepal ainda sugere acordar uma meta de investimentos de 5% do PIB aproximadamente em infraestrutura.

Tabela 2

AMÉRICA LATINA E CARIBE: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO a/

(Em porcentagens do produto interno bruto)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011/b
Argentina	12,2	15,5	19,1	21,5	23,4	24,4	25,0	22,2	24,7	26,4
Brasil	16,3	15,4	15,9	15,9	16,8	18,1	19,5	18,3	20,6	21,2
Chile	17,1	17,4	18,0	21,2	20,7	22,0	25,4	21,7	24,5	26,3
Colômbia	16,1	17,2	18,2	19,7	21,8	23,3	24,7	24,2	25,1	27,5
México	19,0	18,8	19,5	20,3	21,2	21,9	22,8	21,5	21,7	22,3
Venezuela	18,7	12,8	16,2	20,3	23,9	27,6	25,3	24,0	24,2	22,6
América Latina e Caribe	17,2	16,8	17,6	18,6	19,8	21,0	22,1	20,5	21,9	22,9

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>.

a/ Com base em cifras oficiais expressas em dólares de 2005.

b/ Cifras preliminar

⁹ Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>

Há uma necessidade em dar fôlego ao desenvolvimento regional, haja vista que uma componente importante do investimento (formação bruta de capital fixo) hoje na América Latina continua baixa e precisa ser dinamizada, conforme dados da tabela 2.

Mesmo dentro de uma conjuntura nova que se instalou na América latina e frente às necessidades cada vez maiores de consolidar uma infraestrutura para integração regional e alavancar o desenvolvimento há, *limitações no financiamento dos projetos demandados pelos estados da região e o investimento privados em infraestrutura regional eram insuficientes* (Calixtre & Barros, 2010, 21).

É necessário um estudo do aporte de recursos para fazer frente às necessidades de financiamento da infraestrutura. Nesse sentido torna-se pertinente destacar o papel das políticas públicas que se tornam fundamentais para guiar esse processo. (OCampo, 2006).

É sabido que um dos grandes entraves do desenvolvimento regional da América Latina tem sido um fluxo contínuo de recursos para financiamento da região e conseqüentemente para sua integração com uma infraestrutura comum mínima.¹⁰ Em outras palavras, não são apenas as diferenças políticas ou mesmo culturais que possamos vir apontar, até porque hoje, mais do que nunca, os discursos dos principais líderes sul americanos tem sido de caminhar por uma maior integração¹¹.

A base de integração não passa apenas por um alinhamento na retórica política, mas por ações que sejam capazes de viabilizar as bases econômicas, culturais e sociais dessa integração, e em especial a financeira, que parecem muitas vezes esquecidas dentro desse debate (Bielschowsky, 2000).

É fato importante que a CEPAL se dedicou menos do que poderia, não se debruçou de maneira mais sistemática sobre a autonomia financeira da região¹².

¹⁰ Furtado já chamava atenção dessa questão em Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Cap 23. 1987.

¹¹ “La afinidad histórica y cultural puede facilitar El desarrollo de instituciones, como sostiene Culpeper em ensayo, pero la situación varia de um caso a outro. La integración europea se realizo a pesar de La diversidad, em tanto que La integración latinoamericana há avanzado lentamente a pesar de La afinidad existente entre los países.” Ocampo; 2006: 24. Ficou mais evidente essa relação de unida após a vitória de vários governantes de perfil mais a esquerda, que acabaram se colocando de maneira contrária ao “regionalismo aberto”, como uma característica da era da globalização.

¹² As quatro características analíticas nos cinquenta anos de Cepal, apresentadas pelo autor são: “trata-se do enfoque histórico –estruturalista, baseada na idéia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: Análise da inserção internacional e Análise dos condicionantes estruturais internos (crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes e, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano da Análise das necessidades e possibilidades de ação estatal.”(Bielschowsky 2000,17).

Um dos eixos que entendemos essenciais para integração seria constituir as condições mínimas para se construir essas bases de integração, em particular no que diz respeito à questão material, que podemos denominar como uma infraestrutura única que teria como função básica baratear todo o processo de alocação de bens dentro da América Latina (América do Sul), ou seja, a constituição de uma logística única no nosso subcontinente (Furtado, 1986, Baumann, 2007).

A grande dificuldade que se apresenta para se montar essa infraestrutura, capaz de criar condições de uma cooperação regional mais definida e integrar o subcontinente diz respeito justamente às condições em que se daria o financiamento, ou seja, quem seria o pagador em última instância dos projetos sem criar um clima de subimperialismo sul americano, onde as nações menores ficassem reféns de uma instituição nacional em particular¹³ e ainda da priorização desses projetos, e quais seriam viáveis de fato, qual instituição seria capaz de consolidar essa ação.

“En resumen, El desarrollo de una red densa de instituciones regionales y subregionales de financiamiento Del desarrollo y cooperación” (OCampo 2006:25).

Na busca de minimizar as diferenças entre as várias nações e constituir um plano de informações que seja capaz de unificar os discursos dos agentes na tomada de investimentos, constituindo uma base institucional orgânica e coesa, diminuindo os riscos da tomada do crédito dos agentes econômicos, haja vista que tanto os Estados ou mesmo as instituições privadas se referenciam em uma instituição cujas normas de regulação sejam únicas entre os membros, gerando ganhos de aprendizagem e unificação das normas internacionais acordadas pelos pares (Biancareli 2007).

Algumas das instituições internacionais que já existem dentro da América Latina de alguma maneira se propõem a fazer esse papel ou a se constituir como mecanismo de integração regional a fim de superar os entraves de financiamento, justamente alocando

¹³Ver Calixtre & Barros. No caso em questão podemos dar como exemplo o BNDES, criado em 1952, a maior instituição de fomento da América Latina que tem uma capacidade de desembolso espetacular, porém o controle do BNDES pelo governo do Brasil pode vir a gerar uma série de conflitos entre as várias nações sulamericanas, não apenas na ordem de controle mas de prioridade entre os governos locais e o governo brasileiro. Em Agosto de 2003 o BNDES patrocinou o Primeiro Seminário Internacional de Co-Financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Física Sul-Americana. Um iniciativa que pode ser bem valorizada pela tentativa de construir sinergias.

recursos das reservas internacionais para essa finalidade, nesse caso utilizando as instituições de fomento na região.

A literatura tem demonstrado que não existe uma contraposição de instituições financeiras regionais e, pelo contrário, são complementares.

OCampo destaca:

“ Ante la falta de instituciones supranacionales, los bancos regionales y subregionales de desarrollo juegan un papel importante en resolver problemas que exigen medidas de acción colectiva en los procesos regionales. Estos bancos pueden ofrecer mecanismos de coordinación que permitan a los países miembros planificar y financiar la infraestructura regional” (2007:33).

Fica evidente que esse foco seria a *“cooperação regional para o financiamento do desenvolvimento”*, dadas as próprias condições de pouca liquidez de crédito do setor privado, que exige um bom tempo de maturação dos investimentos em função da taxa de retorno que se tem.

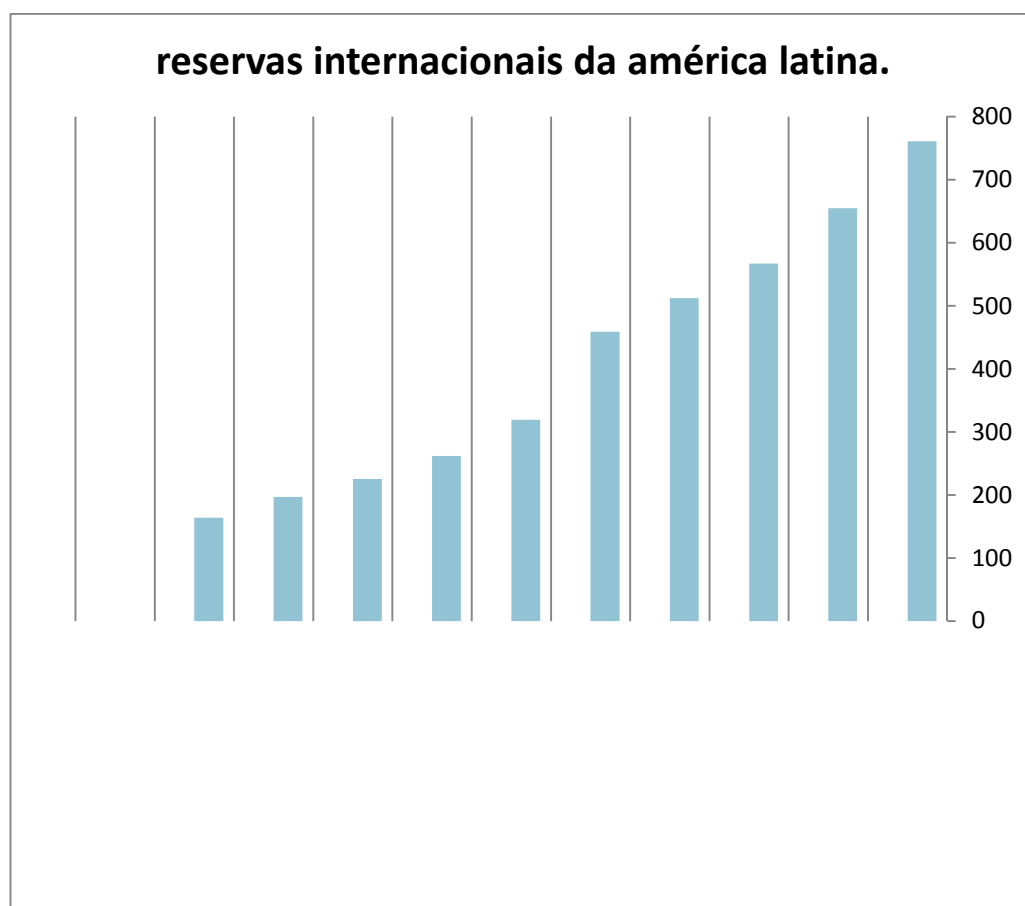
Em suas conclusões, OCampo (2004, 50) destaca que há algumas modalidades de instituições regional de desenvolvimento que poderiam adotar a cooperação financeira regional em direção ao financiamento do desenvolvimento regional (Bonifaz,2006, Sagasti & Prada,2006) chamam atenção ainda para o fato de que:

“ El `modelo` de los bancos multilaterais de desarrollo ES quizás una de La s innovaciones institucionales más valiosas surgidas em El campo Del financiamiento para El desarrollo em los últimos seis decênios han tenido una trayectoria razonablemente positiva. Ni lãs fuentes Del sector privado ni los organismos bilaterales podrian haber movilizados recursos financieros com tanta eficiência” (2006: 92)

Essa afirmação tão contundente nos leva a outro dado importante que os mesmo autores fornecem: desde o final da Segunda Guerra Mundial foram criadas cerca de trinta instituições entre bancos multilaterais e de desenvolvimento, isso apenas para ilustrar o grau de complexidade do processo de integração regional. Portanto, vemos a necessidade de olhar a constituição dessas políticas.

Também sabemos que o capital disponível para fazer frente a todos os projetos é, fato também que são contribuições dos governos que alimentam os caixas das instituições de fomento, o debate que se coloca é como se financia as essas instituições de fomento (BID,CAF,FONPLATA,BANSUL). Entendemos que o caminho a ser utilizado para geração de recursos é um pouco mais simples que possa parecer.

Gráfico 1.



Fonte: Cepal (2011). Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>.

A saída seria utilizar as reservas internacionais, conforme podemos verificar no gráfico 1, percebemos uma evolução constante de 2002 até 2011 do volume de reservas internacionais, saltando de US\$ de 165 bilhões de dólares para US\$ 761 bilhões, um aumento de mais de quatro vezes no período das reservas, propiciando um colchão de recursos até então inédito para grande maioria dos países da América Latina.

A utilização de parte desses recursos de forma objetiva, seria uma maneira de fugir da financeirização desses recursos e disponibilizar na economia real, ajudando

assim a consolidar uma base material das economias latino-americanas, com base em recursos próprios, aproveitando a janela de oportunidade que se tem nesse momento, esquivando-se da aquisição de recursos externos e aproveitando o bom momento das economias locais.

O volume de recursos é bem significativo perto de US\$ 800 bilhões, contra um volume total de gastos para os projetos na ordem de US\$ 86 bilhões e menos ainda para os 31 projetos consensuais na ordem de US\$ 10,77 bilhões.

A questão não seria colocar para queimar de maneira irresponsável esse recurso, mas disponibilizar esses recursos na forma de aporte de capital junto as instituições de fomento (BID, CAF, FONPLATA, BANSUL) e as mesmas conseguirem disponibilizar esses recursos de maneira que os juros mais em conta, justamente com um lógica de contrapartida por parte de algumas instituições não venha ser dragoniana, barateando assim custo desses aportes desses recursos, contribuindo sistematicamente para o desenvolvimento regional, através de juros competitivas e prazos razoáveis.

Essa poderá ser uma forma de dinamizar as relações sociais e políticas na América Latina estabelecer um conjunto de normas institucionais apropriado para o nosso continente e romper as bases históricas do financiamento na América Latina e, diminuir a dependência de vez das velhas instituições do pós-guerra (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), contribuindo ainda para fase de crescimento e desenvolvimento de uma população de aproximadamente 500 milhões de habitantes.

Bibliografia Básica

BAUMANN, R. Integração regional e desenvolvimento econômico- com referência a Celso Furtado. **Celso Furtado e o século XXI**. In: Saboia, J. Carvalho, C, F.J. (org). Barueri, SP: Manole; RJ: instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

BIANCARELI. A. M. Inserção Externa e Financiamento: notas sobre o padrões regionais e iniciativas para a integração na América do sul. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, dezembro de 2008, ano 3 n°5. Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento.

- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BONIFAZ, A, C. Cooperación Financeira Regional en Latinoamérica: Possibilidades y Obstáculos. In. *Reforma Financeira em América Latina*. Coordinado por Correa, E. Girón, A. 1º ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericana de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.
- CALIXTRE, A. BARROS, P. O Banco do Sul e o Brasil na Agenda da Nova Arquitetura Financeira Regional. *Boletim de Economia e Política Internacional*. N° 03, junho de 2010. Denit. IPEA.
- CHANG, H-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CEPAL.(Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (2006) OCAMPO. J,A. (compilador) *La cooperación financeira regional: experiências y desafios*. Santiago de Chile, septiembre.
- _____(Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Bancos regionales de desarrollo: una perspectiva comparativa. SAGASTI, F. PRADA, F. (2006) OCAMPO. J,A. (compilador) *La cooperación financeira regional: experiências y desafios*. Santiago de Chile, septiembre.
- CLASCO. “ Mas Allá Del pensamiento único. Hacia una renovación de las ideas económicas em América Latina y el Caribe” Buenos Aires: septiembre de 2002.
- DONGHI, T. H. História da América Latina; tradução, Carlos N Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- DAWSON, F,G. A primeira crise da dívida latino-americano: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25. São Paulo: Ed 34, 1998.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. 9a. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *A Economia Latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3a.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.

- _____. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FFRENCH-DAVIS, R e Griffith-Jones, S. *Os fluxos financeiros na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GIRÓN, A. Obstáculo AL desarrollo y paradigma Del financiamiento em América Latina. In. *Reforma Financeira em América Latina*. Coordinado por Correa, E. Girón, A. 1º ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericana de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.
- JIMÉNEZ. L.F. MANUELITO,S. América Latina: Sistemas Financeiros y Financiamiento de La inversión. Diagnósticos y propuestas. Revista Cepal 103 – abril 2011.
- KREGEL,J. Estabilidad Financeira Internacional, Flujos de Capital y Transferencias Netas los Países em Desarrollo. In. *Reforma Financeira em América Latina*. Coordinado por Correa, E. Girón, A. 1º ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericana de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.
- OCAMPO. J,A. *La cooperación financeira regional: experiências y desafios*. Comisión Económica para América Latina (CEPAL) Compilador.
- _____. A macroeconomia da bonança econômica latino-americana. Revista Cepal. Número especial em português. 2007.
- PREBISCH, R. Por uma nova Política Comercial em Prol do Desenvolvimento. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- STEIN, S, J. STEIN, B, H. A herança colonial da américa latina: ensaios de dependência econômica: tradução, José F. Dias. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- STIGLITZ, J, E . *O mundo em queda livre*: Os Estados Unidos, o Mercado livre e o naufrágio da economia mundial. SP: Companhia das Letras, 2010.

Websites consultados:

<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>.

<http://www.planejamento.gov.br/secretaria>.

ANEXO I

AGENDA DE IMPLEMENTAÇÃO CONSENSUAL (AIC)

Título do Projeto	Países Envolvidos	Investimento Previsto (milhão US\$)	Tipo de Projeto
1) Duplicação da Rota 14	Argentina	780	Transporte
2) Adequação do Corredor Rio Branco-Montevideo-Colônia-Nueva Palmira	Uruguai	247,5	Transporte
3) Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco	Brasil e Uruguai	35	Transporte
4) Duplicação do Tramo Palhoça-Osório (Rodovia Mercosul)	Brasil	989	Transporte
5) Projeto Ferroviário Los Andes-Mendoza	Argentina e Chile	3.000,00	Transporte
6) Rota Internacional 60 CH (setor Valparaíso-Los Andes)	Chile	286	Transporte
7) Gasoduto do Nordeste Argentino	Argentina	1.000,00	Energia
8) Construção da Ponte Binacional Salvador Mazza-Yacuiba	Argentina e Bolívia	10	Transporte
9) Nova Ponte Presidente Franco-Porto Meira e Centro de Fronteira	Brasil e Paraguai	75	Transporte
10) Construção da Estrada Pailón-San José- Puerto Suárez	Bolívia	417	Transporte
11) Anel Ferroviário de São Paulo (Norte e Sul)	Brasil	300	Transporte
12) Posto de Fronteira Infante Rivarola-Cañada Oruro	Bolívia e Paraguai	1,7	Transporte
13) Construção da Estrada Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa	Bolívia	366	Transporte

14)Estrada Toledo-Pisiga	Bolívia	92	Transporte
15)Reabilitação da Estrada Iquique-Colchane	Chile	29	Transporte
16) Reabilitação do Tramo El Sillar	Bolívia	120	Transporte
17) Centro Binacional de Atenção na Fronteira Desaguadero	Bolívia e Peru	7,5	Transporte
18) Posto de Fronteira Cúcuta-San Antonio del Táchira	Colômbia, Equador e Venezuela	4	Transporte
19) Recuperação da Navegabilidade pelo Rio Meta	Colômbia	108	Transporte
20) Estrada Pasto-Mocoa	Colômbia	308	Transporte
21) Estrada Paita-Tarapoto-Yurimaguas, Portos e Centros Logísticos	Peru	628,8	Transporte
22) Estrada Lima-Tingo María-Pucallpa, Portos e Centros Logísticos	Peru	314,2	Transporte
23) Porto Francisco de Orellana	Equador	105,3	Transporte
24) Pavimentação Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari, Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco	Peru	1.342,00	Transporte
25) Ponte sobre o Rio Acre	Brasil e Peru	12	Transporte
26) Estrada Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown	Brasil e Guiana	25	Transporte
27) Ponte sobre o Rio Takutu	Brasil e Guiana	10	Transporte
28) Estrada Venezuela (Ciudad Guayana)-Guiana (Georgetown)-Suriname (Paramaribo)	Guiana, Suriname e Venezuela	110,8	Transporte
29) Melhorias na Via Nieuw Nickerie-Paramaribo-Albina e junção Internacional sobre o Rio Marowijne	Suriname	50	Transporte

30) Exportação por Envios Postais para PyMEs	Todos	2,5	Comunicação
31) Implementação de Acordo de Roaming na América do Sul	Todos	0,4	Comunicação
	Total:	10.776,20	

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria>.

ANEXO II

ESTRUTURA INSTITUCIONAL IIRSA:

A estrutura institucional da IIRSA está organizada conforme o seguinte esquema:



- **Comitê de Coordenação Técnica (CCT):**

Esta iniciativa é composta pela Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), além da participação do setor privado.

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria>.